

Religião e setor público no Brasil: desafios e oportunidades na era da diversidade religiosa

*Religion and the public sector in Brazil:
challenges and opportunities in the era of religious diversity*

Lisandra Taschetto Murini Bento¹

Doutoranda no PPGCR da Faculdade Unida de Vitória (FUV)

Cléber Taschetto Murini²

Mestrando no PPGO da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Cleber Junior Pereira Bento³

Mestrando no PPGCR da Faculdade Unida de Vitória (FUV)

Resumo: No Brasil, a liberdade de crença é um direito garantido, embora ainda haja discriminação motivada por estereótipos e preconceitos. Este estudo aborda os conceitos de religião e instituições religiosas, enfatizando para o Brasil a importância do pluralismo e da liberdade religiosa. A relação entre religião e setor público é marcada pela laicidade do Estado e, ao mesmo tempo, por interferências nas políticas públicas. A diversidade religiosa do Brasil caracteriza-se como ampla e dinâmica, expressando a história e sua cultura. A educação e as políticas públicas devem fomentar o respeito, a inclusão e a valorização da pluralidade da pluralidade. A laicidade do Estado é garantir a liberdade religiosa e a neutralidade do espaço público, e enfrentar desafios permanentes

Recebido em: 11 abr. 2025 Aprovado em: 30 mai. 2025

¹ Doutoranda no PPGCR da Faculdade Unida de Vitória (FUV). Graduação em Administração e em Pedagogia. Membro do Grupo de Pesquisa Compreender da FUV. Email: lisandratmurini@gmail.com

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduação em Redes de Computadores (Ufsm). Email: cleber.murini@iffarroupilha.edu.br

³ Mestrando no PPGCR da Faculdade Unida de Vitória (FUV). Graduação em História. Membro do Grupo de Pesquisa Compreender da FUV. Email: professorcleber4000@gmail.com

e constantes, para criar e preservar a imparcialidade. O pluralismo religioso e cultural é uma riqueza e precisa ser celebrado e defendido, exigindo ações contínuas para fortalecer a tolerância e a coesão social.

Palavras-chave: religião, diversidade, ciência, liberdade e sociedade.

Abstract: In Brazil, freedom of belief is a guaranteed right, although there is still discrimination motivated by stereotypes and prejudices. This study addresses the concepts of religion and religious institutions, emphasizing the importance of pluralism and religious freedom for Brazil. The relationship between religion and the public sector is marked by the secular nature of the State and, at the same time, by interference in public policies. Brazil's religious diversity is characterized as broad and dynamic, expressing its history and culture. Education and public policies must foster respect, inclusion and appreciation of the plurality of plurality. The secular nature of the State is to guarantee religious freedom and the neutrality of public space, and to face permanent and constant challenges, to create and preserve impartiality. Religious and cultural pluralism is wealth and needs to be celebrated and defended, requiring continuous actions to strengthen tolerance and social cohesion.

Keywords: religion, diversity, science, freedom and society.

Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, os seres humanos tiveram a liberdade de religião, conforme destaca Bittencourt Filho⁴. O Governo é proibido de realizar qualquer perseguição política religiosa, assim protegendo a liberdade religiosa de cada um, mesmo assim não é comprovado de maneira geral, a garantia de eliminação das formas de discriminação religiosa. As autoridades, ou o público apresenta um estereótipo de que uma religião precisa por exemplo: comportar-se, ou vestir-se. Podem até não cumprir aos requisitos básicos, parecendo que não estão enquadrados naquela categoria, conforme a tolerância religiosa, isto é, enfrentam acusações que estão agindo contra a lei.

Com as necessidades de mudanças da sociedade moderna, na esfera religiosa e espiritual, é surpreendente às consequências do processo de

⁴ BITTENCOURT FILHO. José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. 2. ed. Vitória: Unida, 2019, p. 30.

qualquer organização social, prevalecendo a justiça social, a realização pessoal, autoconhecimentos e a aplicação e fortalecimento da religião como uma orientação para o lado positivo da vida.

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre religião e setor público no Brasil, destacando a influência da modernidade e a necessidade de políticas públicas inclusivas que respeitem a diversidade religiosa. Pretende-se compreender como a religião se adapta às mudanças sociais e espirituais e como o pluralismo religioso, pode ser uma ferramenta poderosa, para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Como objetivos específicos tem-se: investigar como o desenvolvimento da ciência e da tecnologia impactou as práticas e crenças religiosas no Brasil; identificar os desafios e oportunidades gerados pela convivência de diferentes tradições religiosas, e discutir a importância da laicidade do Estado, na garantia da liberdade religiosa e da neutralidade do espaço público.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica e análise crítica de fontes secundárias. A pesquisa é descritiva e exploratória, visando compreender a complexidade da relação entre religião e setor público no Brasil. Consulta a obras de autores como Peter Berger e José Bittencourt Filho, entre outros, para fundamentar a análise teórica.

Com estas variedades desenvolvidas pelas novas religiões, que apresentam orientações científicas da sociedade atual, assim usam da ciência, para alcançar objetivos com fins espirituais, refletindo na diversidade religiosa, surgindo como entranhas ou distorcidas, como era no passado.

A relação entre religião e setor público é um tema complexo e multifacetado, que envolve questões de liberdade religiosa, laicidade do Estado, e a influência das instituições religiosas nas políticas públicas. Este capítulo apresenta uma série de citações amplas, que exploram essas interações, destacando a importância do diálogo entre o sagrado e o profano, no contexto do serviço público.

1 Religião e o setor público

A religião para Berger, abrange dois aspectos: a religião na consciência e no comportamento dos indivíduos. O conceito de religião comparada a superstição, de “desencadeamento do mundo, enquanto a racionalidade varria os velhos mistérios”⁵. A religião é influenciada pela modernidade, desde o

⁵ BERGER, L. Peter. *Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 48.

desenvolvimento da ciência social moderna existe o preconceito do iluminismo, relativamente à religião. Não sendo antirreligioso na versão filosófica, mas que a “modernidade e religião eram empiricamente antagônicas – simplificando: quanto mais modernidade, menos religião”⁶.

O conceito de religião de acordo com Berger não é correspondente à realidade, “mas que é útil na medida em que nos permite à realidade, mas que é útil em que nos permite classificar fenômenos reais e descobrir empiricamente onde as classificações falham”⁷.

Segundo Berger “uma instituição é um programa e comportamento que, quando adequadamente interiorizado, faz o indivíduo agir espontaneamente e sem muita ou nenhuma reflexão no setor relevante da vida social”⁸. Esse comportamento depende de cada indivíduo, da sua conduta, das relações com a sociedade, isto é, das relações sociais e a realidade de cada um, “[...] o comportamento na prática religiosa até que este comportamento se torne habitual”⁹.

As instituições religiosas possuem dificuldades com a liberdade religiosa, principalmente “quando reivindicam possuir verdades divinamente reveladas, e ainda mais quando elas um dia tiveram uma posição de monopólio numa sociedade”, conforme Berger¹⁰. Atualmente a Igreja Católica Moderna é mais instrutiva.

Corroborando Bittencourt Filho, “na perspectiva da expansão do campo religioso, o que mais chama atenção é a corrida das organizações religiosas para possuírem um espaço significativo na mídia”. A muito tempo com o desenvolvimento global “o meio é a mensagem” adaptando aos meios eletrônicos, de fato as tendências do simplicíssimo, utilitarismo e excepcional reclusão da religião, fenômeno da pós-modernidade¹¹.

Na oportunidade em que presenciamos uma efervescência sem precedentes no campo religioso brasileiro, faz-se necessária a ampliação do acervo teórico disponível caso se deseje a devida interpretação dos fenômenos. Mais do que nunca, o pluralismo religioso brasileiro está a exigir um esforço concentrado para ser compreendido. Pretendemos

⁶ BERGER, 2017, p. 50.

⁷ BERGER, 2017, p. 47.

⁸ BERGER, 2017, p. 77.

⁹ BERGER, 2017, p. 78.

¹⁰ BERGER, 2017, p. 84.

¹¹ BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 36.

situar e incorporar não o *a priori* na experiência religiosa, mas consoante à natureza sociológica do trabalho, apontar a dimensão apriorística da religiosidade da média dos brasileiros e tomar tal dimensão como uma ferramenta teórica a mais no empenho hermenêutico do panorama religioso em nosso País, sobretudo no passado recente. [...] discutir os fatores que tornam a religiosidade da maioria dos brasileiros singular e original, a despeito do fato de que a formação social brasileira esteve e está subordinada a determinantes econômicos, políticos e culturais comuns a tantos outros povos e nações¹².

Conforme Berger, [...] os dois efeitos do pluralismo caminham juntos – a fé enquanto baseada mais na escolha individual do que no destino ou no acaso do nascimento, e a fé enquanto institucionalizada na forma com a modernidade voluntária”¹³. Observa-se ampla afinidade com a modernidade, isto é, afinidade que enfraquece o que é dado como certo as instituições, não somente as religiosas.

Para Bittencourt Filho “Vivemos em clima intelectual que mostra uma simpatia especial pela desnaturalização das categorias tradicionais, pela descentralização e por uma certa mirada que prioriza as fronteiras das instituições culturais [...]”¹⁴. Percebe-se com os passar dos anos uma pluralidade interna de cristandades, tornando mais complexos, ou até mesmo mais problemático, pode gerar autorreflexão.

[...] quando o pluralismo e a liberdade religiosa coincidem, surge um tipo específico de mercado, de modo que os conceitos econômicos podem ser aplicáveis. A liberdade religiosa priva as instituições religiosas dos privilégios monopolistas anteriores. Em vez disso, elas são obrigadas a competir sem recorrer à coerção. Haverá pressões para controlar a competição, o que torna prático um grau de cooperação¹⁵.

Corroborando ainda Bittencourt Filho destaca.

¹² BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 38-40.

¹³ BERGER, 2017, p. 104.

¹⁴ BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 32.

¹⁵ BERGER, 2017, p. 102.

[...] porque formas, condutas religiosas, estilos de espiritualidade e condutas religiosas uniformes, evidenciam a presença influente de um substrato religioso-cultural que denominamos *Matriz Religiosa Brasileira*. Esta expressão deve ser apreendida em seu sentido lato, isto é, como algo que busca traduzir uma complexa interação de ideias e símbolos religiosos que se amalgamaram num decurso multissecular, portanto, não se trata *stricto sensu* de uma categoria de definição, mas, de um objeto de estudo. Esse processo multissecular teve, como desdobramento principal, a gestação de uma mentalidade religioso média dos brasileiros, uma representação coletiva que ultrapassa mesmo a situação de uma classe em que se encontre¹⁶.

Contribuindo o oficial catolicismo romano, o seu papado tem diversificado suas estratégias com relação as diretrizes, direcionando diretamente o indiretamente o espaço social brasileiro, com relação ao sagrado. O catolicismo romano foi protagonista e atualmente tem buscado alcançar essa posição novamente, mas percebeu que as alianças de alguns movimentos sociais, no caso, poloneses com eclesiásticos ocasionaram confrontos com o regime antigo, nos âmbitos cultural e político¹⁷. “O mundo contemporâneo, com poucas exceções, é tão intensamente religioso como qualquer outro da história”¹⁸.

Segundo Bittencourt Filho “[...] a existência, no bojo da matriz cultural, de uma matriz religiosa, que provê um acervo de valores religiosos e simbólicos característicos, assim como propicia uma religiosidade ampla e difusa entre os brasileiros”¹⁹. No entanto, esta certeza reforçam a presença da pluralidade cultural, de valores e da religiosidade brasileira que persistem, apesar das mudanças que ocorrem na sociedade, e que carecem continuar a se articular e reproduzir.

Assim, as formas religiosas e culturais rejeitadas como idolátricas e/ou demoníacas, são consideradas como uma religiosidade camuflada, isto é, adaptado por si mesmo como um instrumento de resistência e conservação da identidade diante de agressões²⁰.

¹⁶ BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 40-41.

¹⁷ BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 32.

¹⁸ BERGER, 2017, p. 55.

¹⁹ BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 17.

²⁰ BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 57.

Os serviços públicos, como saúde e educação, devem ser prestados de maneira a respeitar a diversidade religiosa dos usuários. Isso inclui a garantia de que todos tenham acesso a serviços que atendam às suas necessidades específicas, independentemente de suas crenças religiosas²¹.

A Religião e o setor público em sua relação, não está alheia a desafios e controvérsias. Questões como o ensino religioso nas escolas públicas, a celebração de festividades religiosas em espaços públicos e a participação de líderes religiosos em debates políticos são temas que frequentemente causam controvérsia. É essencial que o Estado, mantenha um equilíbrio entre a proteção da liberdade religiosa e a garantia da neutralidade do espaço público, respeitando os direitos de todos os cidadãos²².

As instituições religiosas são muito significativas e relevantes na sociedade, influenciando os valores e a moral da cidade e ao mesmo tempo na elaboração de políticas públicas. A Igreja Católica no Brasil, desde a época colonial, sempre esteve envolvida nas questões sociais, a exemplo das áreas de educação, saúde e assistência social. Essa influência pode ser positiva, ou seja, promover valores de solidariedade e justiça, mas também pode, na prática, lesar, quando interesses religiosos ferem princípios laicos do Estado²³.

2 Diversidade religiosa

O Brasil é um país caracterizado por uma diversidade cultural extensa, cujas várias tradições, crenças religiosas e etnias respeitam-se uns aos outros. Uma vez que essa é uma das características mais importantes do que faz parte nossa nação. Indígena, africana ou europeia e asiática, todas as culturas têm sua influência no Brasil, que é um verdadeiro caldeirão de culinária que reflete na: música, dança, culinária e festividades. Ao mesmo tempo, essa riqueza cultural não apenas nos enriquece em propriedades materiais, mas também nos obriga a fazer da sociedade um lugar mais inclusivo e tolerante, para que todas as vozes possam ser ouvidas e respeitadas²⁴.

É imprescindível reconhecer a diversidade religiosa brasileira como um fenômeno complexo, profundamente enraizado na história e na cultura do país. Essa diversidade se manifesta tanto no mosaico religioso dos terreiros de

²¹ OLIVEIRA, Ana Paula. *Diversidade religiosa e cidadania*. Brasília: Universidade de Brasília, 2019a, p. 104.

²² SOUZA, Carlos Alberto. *Religião e Estado: desafios e controvérsias*. São Paulo: Contexto, 2021, p. 90.

²³ PEREIRA, João Carlos. *Religião e política no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 78.

²⁴ SILVA, João. *Pluralismos brasileiros*. São Paulo: Brasiliis, 2018, p. 23.

matriz africana e no sincretismo presente em muitas práticas populares, quanto na influência histórica do catolicismo e na crescente presença das igrejas evangélicas. Todas essas expressões contribuem para a formação dos mitos, rituais e práticas religiosas que marcam a identidade cultural brasileira. Compreender a arte religiosa — em suas múltiplas formas — é essencial para promover a inclusão e o respeito às diferentes crenças presentes na sociedade. No entanto, essa diversidade não se mantém de forma estática: ela evolui a partir de uma trajetória própria, moldada por fatores sociais, econômicos e políticos ao longo do tempo.²⁵ Por isso, a abordagem desse tema deve ser ampla e não restrita, considerando as múltiplas vozes religiosas que compõem o cenário brasileiro e reconhecendo seu papel ativo na construção do imaginário coletivo.

O setor público deve promover a diversidade religiosa e garantir a todos os cidadãos, o direito de praticar sua própria religião e/ou fé sem discriminação. Isso pode ser alcançado por meio da formulação de políticas públicas, que respeitem e valorizem a diversidade religiosa, além da incorporação de programas educacionais que apresentem as diferentes tradições religiosas existentes no território nacional. A diversidade religiosa representa uma riqueza cultural, que deve ser celebrada e resguardada²⁶.

A educação exerce uma diversão essencial na promoção da compreensão e do respeito para com a diversificação e o religioso, motivo pelo qual é fundamental que, num país como o Brasil, caracterizado pela diversidade religiosa, as escolas e as instituições de ensino abordem este tema de forma inclusiva e respeitosa, envolvendo, assim, uma formação de educadores que têm as habilidades muito bem envolvidas para trabalhar com a pluralidade religiosa e a aprendizagem de treinamentos que valorizam a diversidade de currículos religiosos e práticos. A educação para a diversidade religiosa não se restringe ao ensino formal, ela deve permear todas as esferas da vida escolar de modo a promover um ambiente de respeito e inclusão. Além disso, deve-se considerar também que as políticas educativas precisam considerar e valorizar a contribuição das diferentes tradições religiosas, e a ser reconhecida e valorizada para a constituição cultural e moral dos educandos²⁷.

²⁵ COELHO JR., A. G.; MAHFOUD, M. *As dimensões espiritual e religiosa da experiência humana: distinções e conexões*. São Paulo: Casa Amarela, 2001, p. 45.

²⁶ OLIVEIRA, 2019a, p. 123.

²⁷ ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUEZ, Tatiane. *Diversidade religiosa e educação: desafios e oportunidades*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013, p. 78.

As políticas públicas devem considerar a diversidade religiosa como um elemento essencial, para a construção de uma cidadania inclusiva. Programas educacionais e sociais que promovam o respeito e a compreensão, entre diferentes tradições religiosas são cruciais para a coesão social²⁸.

O diálogo inter-religioso no setor público é uma ferramenta poderosa, para a resolução de conflitos e a promoção da paz. Iniciativas que incentivem a colaboração entre diferentes comunidades religiosas podem contribuir para a construção de uma sociedade, mais harmoniosa e justa²⁹.

A diversidade religiosa é um lado reflexo da pluralidade humana e da busca contínua de sentido e transcendência. No Brasil, a pluralidade é ainda mais rica, desde as tradições indígenas e afro-brasileiras, até as diversas denominações cristãs e as diferentes crenças mundiais. Nesse sentido, a construção social e cultural brasileira é enriquecida e criou-se, possibilitando o diálogo inter-religioso e capacidade de tolerância entre a raça. A convivência pacífica em torno das distintas religiões é um desafio e uma oportunidade; no entanto, é talvez o alicerce de uma sociedade mais tolerante inclusiva. A diversidade religiosa do Brasil não é como seu fetiche em termos de tolerância, mas de aceitação das diferenças, que enriquecem a cultura espiritual³⁰.

3 Liberdade religiosa e laicidade do Estado

A liberdade religiosa é a base fundamental da democracia. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, bem como o livre exercício dos cultos religiosos. No entanto, a laicidade do Estado impõe limites à intervenção direta, das instituições religiosas nas políticas públicas, garantindo que o espaço público seja neutro e inclusivo para todos os cidadãos, independentemente de suas crenças³¹. No entanto, a laicidade do Estado é um princípio fundamental que garante a liberdade religiosa para todos os cidadãos. Em um Estado laico, nenhuma religião é privilegiada, e todas são respeitadas e protegidas³².

A laicidade do Estado é fundamental para garantir a igualdade e a liberdade religiosa, em uma sociedade plural. O setor público deve atuar de

²⁸ OLIVEIRA, 2019a, p. 82.

²⁹ OLIVEIRA, 2019a, p. 128.

³⁰ ARENDT, H. *A condição humana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Polity Press, 2002, p. 120.

³¹ SILVA, Maria das Graças. *Direito e religião no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2020, p. 45.

³² OLIVEIRA, 2019a, p. 32.

forma neutra, respeitando a diversidade de crenças e não privilegiando nenhuma religião em particular³³.

A liberdade religiosa é um direito humano essencial deve ser protegido pelo Estado. A laicidade assegura que todos os indivíduos possam praticar sua fé sem interferência, ou discriminação³⁴.

A educação em um Estado laico deve promover o respeito à diversidade religiosa e a compreensão entre as diferentes crenças. Programas educacionais, que incentivem o diálogo inter-religioso são importantes, para a formação de cidadãos conscientes e tolerantes³⁵. No entanto, embora a laicidade seja um princípio essencial para a liberdade religiosa, enfrenta desafios constantes. É necessário um esforço contínuo, para garantir que o Estado permaneça neutro e imparcial em questões religiosas³⁶.

Assim, a laicidade do Estado é a base para um pluralismo religioso saudável, em uma sociedade pluralista, a diversidade de crenças é vista como uma riqueza, e a laicidade então garante, que todas sejam respeitadas³⁷.

O pluralismo religioso brasileiro foi gerado pela nossa história de sincretismo e miscigenação. As religiões indígenas às nações do candomblé e da umbanda, incluindo todas as religiões e doutrinas cristãs, o Brasil é um mosaico de crença e práticas religiosas. A diversidade, no entanto, é uma riqueza a ser celebrada e defendida. Então gera desafios, mesmo com a aplicação do diálogo inter-religioso e o culto livre à toda população, mesmo para aqueles que não possuem religião. A laicidade do Estado é imprescindível para garantir que todas as religiões sejam, respeitadas e que nenhuma delas seja favorecida³⁸.

O sistema político no Brasil é caracterizado pela diversidade de partidos e ideologias, que são refletidos pelas opiniões e interesses da sociedade. Este pluralismo político é necessário, para a democracia e para garantir que diferentes vozes sejam ouvidas e representadas. Contudo, existem grandes desafios para a governança, onde a fragmentação partidária pode dificultar a formação de consensos e a execução de políticas públicas efetivas. O diálogo entre os diferentes atores políticos deve ser facilitado, como um esforço

³³ OLIVEIRA, 2019a, p. 56.

³⁴ OLIVEIRA, 2019a, p. 45.

³⁵ OLIVEIRA, 2019a, p. 68.

³⁶ OLIVEIRA, 2019a, p. 80.

³⁷ OLIVEIRA, 2019a, p. 92.

³⁸ SANTOS, Maria. *Diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Carioca, 2017, p. 45.

permanente, de modo que o pluralismo sirva para cooperar com o crescimento do país³⁹.

Vários aspectos culturais contribuem para a formação nacional da identidade brasileira. O pluralismo cultural serve como uma ameaça e uma força que ajuda a enriquecer o nosso patrimônio imaterial, enquanto sociedade nos desafia a criar uma sociedade mais tolerante e inclusiva. Desde as celebrações populares como: carnaval e as festas juninas, até as manifestações artísticas e literárias, diversidade cultural existe em quase todas as esferas, de ação humana brasileira. Entretanto, precisa-se saber que essa diversidade vem acompanhada também com desafios, envolvendo assim inclusão social e combater a discriminação. Educação é um dos métodos, que ajudam a superar essas diferenças de respeito e compreensão dos grupos culturais existentes⁴⁰.

Por um lado, o pluralismo traz consigo muitos desafios, apesar de ser uma riqueza. É um fato inegável, que compartilhar com outros grupos culturais, religiosos e políticos demanda um esforço contínuo, para desenvolver o diálogo e o respeito mútuo. Nesse cenário, é preciso levar em conta políticas públicas, que valorizem a diversidade e combatam abordagens de discriminação. Educação para cidadania global, que aprende a tolerância e respeito sucessivamente nas pessoas é importante, para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. O pluralismo brasileiro oferece uma grande oportunidade para aprendizado das diferenças, onde todos podem alcançar o direito de viver em harmonia e igualdade⁴¹.

Considerações finais

A interação entre religião e setor público é um campo dinâmico, e em constante evolução, isto é, apresenta complexidades multifacetadas que refletem as mudanças sociais. A liberdade religiosa e a laicidade do Estado são princípios fundamentais, que devem ser equilibrados, para garantir uma sociedade justa e inclusiva. As instituições religiosas têm um papel importante a desempenhar, mas é muito importante que o setor público promova a diversidade religiosa, respeite os direitos de todos os cidadãos, crie uma sociedade inclusiva e impõe desafios, para a convivência pacífica, independentemente de suas crenças.

³⁹ OLIVEIRA, Carlos. *Pluralismo político no Brasil*. Brasília: Capital, 2019b, p. 67.

⁴⁰ PEREIRA, Ana. *Identidade e pluralismo no Brasil*. Salvador: Baiana, 2020, p. 89.

⁴¹ RIBEIRO, Luís. *Desafios do pluralismo brasileiro*. Belo Horizonte: Mineira, 2016, p. 112.

Em contrapartida, a modernidade significou adaptação das instituições religiosas da maneira como as religiões são estruturadas, em consequência as mudanças sociais e culturais. A ciência e a tecnologia desempenharam um papel importante, nas crenças religiosas, envolvendo as pessoas, a procurarem novas abordagens de espiritualidade, de acordo com os valores contemporâneos. Assim, essa adaptação é uma condição, para a sobrevivência e dispêndio de religiões em seu contexto atual.

As pessoas formam as instituições sociais, políticas e econômicas, pois pensam e agem de acordo com suas convicções ideológicas, consolidando o pensamento que predomina no desenvolvimento da sua formação cultural e socioafetiva, assim como a sua construção religiosa. Os preceitos legais, são sempre lembrados através de suas regras, ou doutrinas utilizadas no campo religioso. A visão relacionada com a ideologia religiosa, mesmo com a relação de referir-se ao processo de alcançar seu resultado, isto é, integrar-se a uma religião cristã, pode-se destacar: católicas, protestantes, evangélicos, espíritas e religiões afro-brasileira, assim direciona-se a construção da moral e ética.

Com a contemporaneidade, as crenças e práticas no campo religioso tornaram-se deliberativas, algumas talvez idênticas, mas a fé não mudou. Assim, as instituições religiosas estabelecem o “comportamento na prática religiosa até que este comportamento se torne habitual, ou seja, dado como certo” é o que descreve Berger⁴².

Assim sendo, o campo religioso no Brasil nos orienta que ser brasileiro recusa automaticamente ser católico, mas sim, que grande parte é cristão. Significa a existência de controlar e impulsionar a mobilidade, ecumenismos e sincretismos/hibridismos, mas também exclusivismo religioso, divergências, intolerância ideológica ou política e racismo religioso. Há desinstitucionalização e institucionalização e, simultaneamente, os sem-religião. Então, declara que o “campo religioso brasileiro” é superior a um tema complexo, é um percentual minado, no qual o próprio conceito está em risco permanente.

A diversidade religiosa no Brasil, constitui um mosaico amplo e dinâmico, composto por sua diversidade de crenças e práticas, que refletem a nossa cultura e história. A pluralidade religiosa é um traço característico da sociedade brasileira, envolvendo tradições indígenas e afro-brasileiras, as diversas denominações cristãs e as várias religiões do mundo. No entanto, essa diversidade gera desafios, particularmente no que diz respeito à convivência e

⁴² BERGER, 2017, p. 78.

ao respeito mútuo, entre as diferentes tradições religiosas. No entanto, esse contexto traz desafios, no do que diz respeito à convivência pacífica e ao respeito às diversidades entre os praticantes da religião.

A relação entre religião e setor público é ampla, e envolve a influência das instituições religiosas, nas políticas públicas e na vida social. A laicidade do Estado é fundamental, para garantir a liberdade religiosa e a neutralidade do espaço público, assegurando, que todas as crenças sejam respeitadas e protegidas. Este estudo destacou a importância de políticas públicas inclusivas, que promovam o respeito e a inclusão da diversidade religiosa, contribuindo para a coesão social e a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

Para alcançar os objetivos propostos é imprescindível engajar-se em estratégias educacionais e políticas públicas, que enfatizem a valorização da diversidade religiosa e que estimulem o diálogo inter-religioso. O processo educativo é um instrumento fundamental, para a formação de cidadãos conscientes e tolerantes, em relação às diferenças culturais e religiosas. Programas educacionais que promovem o diálogo e a compreensão, entre diferentes tradições religiosas são indispensáveis, para a construção de uma sociedade inclusiva.

Dessa forma, a diversidade religiosa no Brasil é uma riqueza cultural, que deve ser celebrada e resguardada. É importante a laicidade do Estado, no sentido de garantir a liberdade religiosa e a neutralidade do espaço público, para estabelecer um ambiente de convivência e inclusão. Por meio de políticas públicas inclusivas e de estratégias educacionais, que valorizam a diversidade religiosa, podemos construir uma sociedade mais igualitária e prejudicial, onde todas as vozes sejam respeitadas e ouvidas.

Referências

- ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUEZ, Tatiane. *Diversidade religiosa e educação: desafios e oportunidades*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Polity Press, 2002.
- BERGER, L. Peter. *Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. 2. ed. Vitória: Unida, 2019.
- COELHO JR., A. G.; MAHFOUD, M. *As dimensões espiritual e religiosa da experiência humana: distinções e conexões*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

OLIVEIRA, Ana Paula. *Diversidade religiosa e cidadania*. Brasília: Universidade de Brasília, 2019a.

OLIVEIRA, Carlos. *Pluralismo político no Brasil*. Brasília: Capital, 2019b.

PEREIRA, Ana. *Identidade e pluralismo no Brasil*. Salvador: Baiana, 2020.

PEREIRA, João Carlos. *Religião e política no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RIBEIRO, Luís. *Desafios do pluralismo brasileiro*. Belo Horizonte: Mineira, 2016.

SANTOS, Maria. *Diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Carioca, 2017.

SILVA, João. *Pluralismos brasileiros*. São Paulo: Brasilis, 2018.

SILVA, Maria das Graças. *Direito e religião no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2020.

SOUZA, Carlos Alberto. *Religião e Estado: desafios e controvérsias*. São Paulo: Contexto, 2021.